

Editorial

O Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Uberlândia (CAp-Eseba/UFU) é um estabelecimento de ensino criado pelo Decreto Federal nº 9053/1946, cuja função precípua é servir de campo de experimentação pedagógica para a renovação e melhoria do ensino na educação infantil e no fundamental I e II. Além disso, a Eseba é também campo de estágio para que os alunos dos cursos de licenciatura da Universidade Federal de Uberlândia realizem a aplicação dos conhecimentos adquiridos nos cursos de graduação, em situações reais de ensino e aprendizagem. Outra função da Eseba é contribuir com as atividades de extensão, ou seja, possibilitar formas de interação entre os conhecimentos que circulam dentro dela e a comunidade na qual essa instituição está inserida (pais, colaboradores, técnicos, alunos, profissionais da educação em seus diferentes níveis, graduandos etc.), a fim de promover a renovação constante de seus currículos e de suas ações, visando sempre à implementação da pesquisa para diagnosticar, discutir e propor possíveis soluções para a diversidade de questões educacionais presentes no cotidiano escolar e também como forma de fazer formação em serviço. Assim, o ensino precisa da pesquisa e da extensão para oxigená-lo, aprimorá-lo e inová-lo para que não haja a estagnação. Essas três ações se alimentam e retroalimentam e fazem chegar à

comunidade os resultados dos investimentos em pesquisa, em extensão e no ensino.

Assim, os docentes dessa instituição são profissionais qualificados e envolvidos com a educação e sabem que a eficiência de uma universidade se mede pela qualidade dos alunos egressos que tiveram a oportunidade de se preparar e de treinar as competências necessárias para o exercício do magistério nas diversas áreas. E isso só é possível quando são abertas as possibilidades de estágio, de pesquisa, de extensão e de um ensino plural.

Como forma de contribuir para o importante debate sobre o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), as docentes da Alfabetização Inicial da Eseba realizaram um trabalho exaustivo de estudos, discussões e reflexões sobre os cadernos produzidos pela equipe do Ministério da Educação para a formação de professores alfabetizadores. Esses estudos resultaram neste dossiê, que apresenta as reflexões desenvolvidas no Grupo de Estudos da Alfabetização Inicial (GEAI) durante os anos de 2012 e 2013, cuja bibliografia de referência e discussão foram os cadernos de formação do PNAIC. Frente a esse novo contexto de implementação do Pacto, a responsabilidade das docentes nesse grupo de pesquisa foi grande, uma vez que, por não terem sido convidadas a participar dos encontros oficiais de formação propostos pelo governo federal, elas se mobilizaram no sentido de unir esforços

para a compreensão das orientações contidas nos cadernos de formação do PACTO e, assim, preparadas para os desafios contemporâneos, contribuírem para a efetiva alfabetização dos alunos “na idade certa”. Todos os temas propostos no PAIC foram estudados e debatidos no interior do GEAI e estão aqui apresentados em forma de artigos.

No primeiro artigo deste Dossiê, intitulado “Repensar o currículo na alfabetização como possibilidade de reorganizar a escola”, Braga traz uma reflexão sobre o currículo com base na leitura dos pressupostos teórico-metodológicos dos cadernos de formação do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC). Para a autora, a ampliação do tempo de escolarização da criança por si só não garante a aprendizagem, se outras práticas de letramento não forem realizadas. Em diálogo com outros teóricos da área, a autora também afirma que o PACTO não traz inovação ao sistema educacional brasileiro, uma vez que não apresenta nenhuma estruturação curricular efetiva, porque se trata de uma proposta pensada para maximizar a qualidade da educação dada aos pequenos e elevar os índices oficiais de alfabetização.

O segundo artigo, de Camargo e Mendes, promove uma reflexão acerca da proposta de avaliação apresentada no documento da Unidade 1 dos Anos 1, 2 e 3 do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), intitulado “Currículo na alfabetização: concepções e

princípios”, especificamente o subtítulo *Avaliação* (BRASIL, 2012). Por meio de uma análise histórica do processo de avaliação discente, as professoras afirmam que o documento contemplou a avaliação formativa com foco na avaliação de aprendizagem para o Ano 1 e na avaliação externa para o Ano 2, mas tal avaliação não garante a transformação educacional necessária, pois favorece uma lacuna entre os níveis de avaliação existentes.

O terceiro artigo traz uma discussão sobre a temática “Planejamento e organização da rotina na alfabetização inicial”. Abreu apresenta uma discussão sobre os conceitos de alfabetização e de letramento para elucidar o campo e ajudar a pensar nos limites e nos alcances que cada um desses conceitos traz para a formação inicial e continuada dos professores alfabetizadores e quais os impactos dessa formação na prática de planejamento e organização da rotina na alfabetização. Para a autora, os processos de alfabetização e de letramento devem caminhar juntos a fim de que haja a interpenetração desses dois processos na aquisição das competências que os alunos devem desenvolver ao longo das práticas de leitura e de escrita e, por isso mesmo, devem fazer parte do planejamento e da rotina escolar dos anos iniciais.

O quarto texto trata das “Análises teóricas sobre a aprendizagem do sistema de escrita alfabética”. Silva e Arsênio Fraga tratam da aprendizagem do Sistema de

Escrita Alfabética (SEA) sob a égide da alfabetização e do letramento. Para as autoras, esses dois processos são importantes para a aprendizagem do sistema de escrita alfabética, por isso, os professores alfabetizadores precisam ter autonomia para desempenhar de forma consistente sua tarefa e também devem estar cientes de que a aprendizagem do SEA vai além do processo de codificação e decodificação da escrita. As autoras discutem, também, com base em aportes teóricos consistentes, o percurso que as crianças realizam a partir do momento em que são expostas ao alfabeto até a compreensão do sistema de escrita alfabético por meio do desenvolvimento da consciência fonológica. Nesse sentido, os aprendizes devem ser expostos a práticas diversificadas, mas ao mesmo tempo significativas e contextualizadas, de leitura e escrita para efetivarem a aprendizagem.

No quinto texto, intitulado "A ludicidade nos espaços/tempos escolares", Bernardelli e Teixeira discutem o tema brincar na sala de aula, tema este específico do caderno 04 de formação do PACTO. As autoras discutem em que medida o lúdico interfere no processo educativo e na vida social da criança. Por meio de uma pesquisa bibliográfica do PACTO e com base em pesquisadores do campo da ludicidade na sala de aula, as autoras confirmam a importância do brincar – e, em consequência, do uso adequado da brinquedoteca da escola – como recurso pedagógico e como elemento de integração da criança com

o ambiente escolar, propiciando, em contrapartida, a interação e a aprendizagem. Outro aspecto discutido nesse texto é a questão da ludicidade como um elemento importante na vida pessoal e profissional dos professores que lidam com esse nível de escolarização das crianças. Entretanto, apontam as pesquisadoras, enquanto nos cadernos de formação analisados (sobretudo a Unidade 4) assume-se a ludicidade como um elemento pedagógico necessário, o brincar – que segundo as autoras é um ato importantíssimo na vida escolar e social da criança nessa faixa etária – não é mencionado. Para elas, o brincar deve fazer parte da rotina escolar porque está relacionado com a descoberta, com a investigação e com os processos criativos e imaginativos das crianças na alfabetização inicial.

No sexto artigo, “o conceito de gênero textual e o trabalho com diferentes tipos de textos em sala de aula”, Dornellas faz uma reflexão sobre o trabalho com os gêneros textuais na alfabetização, a partir da análise dos cadernos do PACTO, especificamente as unidades número 5, dos anos 1, 2 e 3. Segundo a autora, os cadernos de formação do PACTO possuem uma proposta de integração entre o Sistema de Escrita Alfabética (SEA) e o desenvolvimento da produção textual, da oralidade e da análise linguística. Além disso, esses cadernos registram a necessidade de um trabalho com uma diversidade de gêneros textuais na alfabetização, a fim de propiciar uma aprendizagem que

seja significativa para o aluno. A autora ressalta que a escola deve trabalhar, ao longo dos três anos de alfabetização, os gêneros textuais que promovem as habilidades almejadas em cada período, uma vez que os gêneros que circulam na sociedade e com os quais os alunos têm contato constituem uma lista infinita.

O texto "A heterogeneidade: um trabalho para todos e cada um em sala de aula", sétimo texto deste dossiê, apresenta uma reflexão sobre o caderno 07 de formação do PACTO Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, cujos temas são a Heterogeneidade – Alfabetização para todos: diferentes percursos, direitos iguais. Nesse artigo, Teixeira e Bernardelli discutem três pontos, a saber: a alfabetização para todos: diferentes percursos, direitos iguais; a heterogeneidade em sala de aula e os direitos de aprendizagem no ciclo de alfabetização e a heterogeneidade em sala de aula e a diversificação das atividades. As autoras partem do pressuposto de que é por meio da avaliação diagnóstica que se deve realizar a sondagem a partir da qual as atividades a serem promovidas devam favorecer a aprendizagem do maior número de alunos, com ou sem deficiência, considerando as especificidades e as diferentes práticas que permeiam a vida de cada um deles, portanto, levando-se em consideração a heterogeneidade da sala de aula. Nesse contexto, o professor é o mediador entre o conhecimento, sobretudo do Sistema de Escrita Alfabética e dos diversos

componentes curriculares que fazem parte do currículo desse ciclo de ensino, e o aprendizado do aluno, considerando a heterogeneidade de alunos no universo da sala de aula e a respectiva inclusão daqueles que apresentam quadros de deficiência, em um nível ou em outro. Em função disso, as atividades devem ser realizadas de forma coletiva, na qual a participação dos alunos seja cooperativa, ora em pequenos grupos ora em duplas, fazendo com que os alunos se sintam motivados e participantes.

No oitavo artigo, intitulado "Os métodos de avaliação e as práticas de registros docentes: percursos de análise, reflexão e materialidade do trabalho pedagógico", Camargo e Mendes ressaltam a importância dos métodos e dos registros de avaliação nas práticas docentes. As autoras assumem uma perspectiva crítico-reflexiva de avaliação, a avaliação formativa, que não se limita a um instrumento que mensura o conhecimento do discente, mas fundamenta-se em práticas que promovem o aprendizado tanto dos alunos, quanto dos docentes; além de propiciar o desenvolvimento de toda a instituição escolar. Nessa perspectiva formativa, a avaliação é entendida como um conjunto de métodos de avaliação, que podem ter naturezas diversas e que se somam na promoção do aprendizado de todos os envolvidos; além de auxiliar no planejamento de ações futuras.

Este dossiê, fruto da dedicação e do empenho das docentes membros do Grupo de Estudos da Alfabetização Inicial (GEAI-ESEBA/UFU), reflete e, ao mesmo tempo, refrata as discussões realizadas ao longo de quase dois anos de efetivo trabalho de estudos, pesquisa, problematização, debates e proposições acerca dos temas presentes nos cadernos de formação do Pacto Nacional da Alfabetização na Idade Certa (PNAIC). Sabemos que muito há ainda a ser feito pela educação no Brasil, sobretudo pela educação de nossas crianças, a fim de que todas, sejam cidadãs alfabetizadas, letradas e se tornem adultos empoderados e conscientes de seu papel cidadão, e pelos nossos professores, trabalhadores incansáveis em prol da manutenção da qualidade do ensino. O convite à reflexão está feito. Vamos à apreciação.

Aline CARRIJO/Cláudia GOULART/Pollyanna SILVA
Editoras